

## NÃO-BINARIEDADE: UMA SAÍDA DA COLONIALIDADE DE PODER-SABER-SER E DE GÊNERO

*Non-binarity: an exit from the coloniality of power-knowing-being and gender*

Helen Taner de Lima<sup>1</sup>

**RESUMO:** O presente artigo pretende analisar, a partir de Maria Lugones, como a não-binariedade pode ser uma saída para a colonialidade, seja de poder, saber, ser e de gênero. Utilizando das ideias de Judith Butler de que o sexo-gênero é construído no dia-a-dia socialmente e valendo-se da reinterpretação de Aníbal Quijano realizada por Lugones, o artigo irá traçar como a colonialidade está entrelaçada a um ideal binário, que subsumiu várias possibilidades de existência enquadrando-as ao binarismo homem-mulher para tentar mostrar como a não-binariedade pode ser uma forma de resistência à colonialidade/modernidade.

**PALAVRAS-CHAVES:** Não-binariedade. Sexo e gênero. Colonialidade. Maria Lugones.

**ABSTRACT:** This article intends to analyze, from Maria Lugones, how non-binarity can be a way out of coloniality, be it of power, knowledge, being and gender. Using the ideas of Judith Butler that sex-gender is constructed on a daily basis socially and drawing on the reinterpretation of Aníbal Quijano carried out by Lugones, the article will trace how coloniality is intertwined with a binary ideal, which subsumed several possibilities of existence framing them to man-woman binarism to try to show how non-binarity can be a form of resistance to coloniality / modernity.

**KEYWORDS:** Non-binarity. Sex and Gender. Coloniality. Maria Lugones.

### Introdução

O presente artigo visa analisar a não-binariedade como uma forma de resistência à colonialidade de poder-saber-ser e de gênero. Dessa forma, almeja-se pensar a existência de tais identidades inconformes como uma saída à colonialidade/modernidade. Entende-se aqui a não-binariedade como um termo guarda-chuva que abrange as identidades que estão além do binário de gênero, homem e mulher, podendo ser a ausência, a fluidez ou a ambiguidade/multiplicidade de gêneros. Pela existência de inúmeras identidades não serão citadas todas aqui – lembrando também que a existência e vivência de cada gênero só podem ser compreendidas pela pessoa que o carrega, não sendo então possível validar (categorizar como verdade ou falsidade) cada gênero. Utilizando-se de Judith Butler, intenta-se analisar como os gêneros são construídos e, portanto, pensar a possibilidade da existência de tais identidades ininteligíveis.

Em seguida, pretende-se expor a crítica de Maria Lugones a Aníbal Quijano, como forma de compreender tanto a colonialidade de poder-saber-ser na visão do sociólogo como a

<sup>1</sup> Mestranda em Filosofia pela Universidade Federal do Paraná. Email: helentanderlima@gmail.com

noção de colonialidade de gênero pela ótica de Lugones. A autora crítica Quijano no que tange a sua fixação de sexo-gênero como redutível à dismorfia sexual, deixando de lado assim toda a questão social que o envolve. Lugones afirma que há um “sistema de gênero moderno/colonial”, que se fundou na modificação das relações anteriores dos povos originários americanos e dos povos africanos com suas respectivas noções de divisão sexual-social no processo de colonização/modernidade. Para tanto, a socióloga traz em sua análise algumas autoras como Julie Greenverg, Paula Gunn Allen e Oyéronké Oyewùmi, para desconstruir a ideia colonial de que existem e sempre existiram somente dois sexo-gêneros, homem/mulher, trazendo desde a noção de intersexualidade até as formações sociais diferenciadas dos povos Yorubas, Cherokee e Iroquês. Mostrando que existiram outras configurações de se determinar o sexo-gênero (lembrando que não existia em todas as sociedades a concepção de gênero), que não se limitavam ou eram determinadas em apenas dois.

### **A não- binariedade**

Toda norma existe somente em uma oposição constituinte com a sua resistência. Nesse caso, ao pensar o sexo-gênero como uma norma bem estruturada e binária, pensa-se também seu externo, seja no âmbito sexual ou no âmbito social. Ao analisar os pormenores de tal norma, enxerga-se um mar de possibilidades exteriores a ela. No que tange ao aspecto sexual, encontra-se a intersexualidade. Descrita como a diferenciação biológica, podendo ser entendida como uma ambiguidade sexual, a intersexualidade é a condição de pessoas que nascem com as genitais fora da norma (binária) sexual (pênis-escrotos/ vagina-útero-seios), podendo ser diversas as formas com que se apresentam. Essa condição é utilizada por vários autores como forma de desmonte da noção sexual pautada no binarismo.

Sob a ótica dos aspectos sociais de generificação, encontram-se as pessoas transexuais/transgêneros, pessoas que não se identificam com o gênero que lhes foi assignado ao nascimento – ou antes mesmo, com a identificação sexual pelo ultrassom. Essas pessoas podem querer se hormonizar e fazer cirurgias de redesignação sexual ou não, e tem sua sexualidade independente de sua identidade, não sendo sempre heteronormativos (podendo assim ser mulher trans e lésbica ou homem trans e gay). Ainda, nem toda pessoa trans tem ou almeja ter passabilidade (quando a pessoa se “passa” pelo gênero ao qual se identifica, ou melhor, parece ser cisgênera). Geralmente se pensa, a partir da norma incutida no imaginário social, que a “transição” de gênero ocorra somente para o seu oposto.

No que interessa a esse artigo, existem as pessoas trans que não se conformam a norma binária: os/as/es não-binários/as/es. Não-binariedade, como explicado acima, é a não conformidade com o binário homem ou mulher, podendo ser os dois ou nenhum ou outros gêneros ou ainda fluir entre alguns deles. Não tendo também relação com orientação sexual, podendo ser variada entre cada indivíduo independente de sua identificação. Podendo a pessoa querer fazer uma transição medicamentosa e intervenções cirúrgicas ou não. Ainda, se faz necessário compreender que nem toda pessoa não-binária é ou pretende ser andrógona.

Para compreender como podem existir gêneros fora daqueles que são entendidos como “normais” (aqueles que estão dentro da norma), é preciso entender que *todo* gênero, incluindo homem e mulher, são construídos socialmente.

Se opondo as tradições que pensavam apenas o sexo ou ainda que afirmavam haver um sexo dado e um gênero social construído sobre aquele, Judith Butler (1990) aponta que tanto gênero quanto sexo são construções sociais, o mesmo mecanismo que constrói o gênero constrói também o sexo. Assim “(...) o gênero não está para cultura como o sexo para a natureza; ele também é o meio discursivo/cultural pelo qual a ‘natureza sexuada’ ou ‘um sexo natural’ é produzido e estabelecido como ‘pré-discursivo’ (...)” (BUTLER, 2016, p. 27).

Butler, supondo que existisse mesmo uma correlação entre sexo (natural) e gênero (cultural) como era pensado anteriormente, demonstra como tal relação não guarda em si uma continuidade macho-homem e fêmea-mulher, deixando em aberto a possibilidade de uma descontinuidade entre os corpos sexuados e os gêneros construídos socialmente. A filósofa aponta, assim, que o gênero se transforma em um “artifício flutuante”, a partir do qual homem/masculinidade pode estar vinculado tanto a um corpo masculino quanto um feminino, e mulher/feminilidade a um corpo feminino ou masculino. Ainda, pontua que “(...) mesmo que os sexos pareçam não problemáticamente binários em sua morfologia e constituição (ao que será questionado), não há razão para supor que os gêneros também devam permanecer em número de dois” (BUTLER, 2016, p. 26).

### **Colonialidade de poder e de gênero**

Maria Lugones, em *Colonialidad y Género* (2008), pretende investigar a interseção entre raça, classe, gênero e sexualidade. Em especial para compreender a indiferença dos homens (principalmente os das comunidades que são vítimas da colonialidade do poder) frente a violências infringidas às “mulheres de cor”, ou não brancas, e sua importante corroboração para que essas violências ocorram. Lugones faz também uma crítica ao

feminismo hegemônico que exprimiu um ser uno da opressão, A mulher (branca, burguesa, heterossexual), assim desconsiderando interseções entre raça, classe, sexualidade e gênero.

Estos marcos analíticos han enfatizado el concepto de interseccionalidad y han demostrado la exclusión histórica y teórico-práctica de las mujeres no-blancas de las luchas liberatorias llevadas a cabo en el nombre de la Mujer. (LUGONES, 2008, p.77)

Para realizar tal análise, a autora se utiliza de uma interpretação de Aníbal Quijano e seu conceito de *colonialidade do poder*. Juntamente com a colonialidade de poder, há as noções de colonialidade do saber, do ser e a decolonialidade (LUGONES, 2008, p. 77). Atrelando tais termos, ela constatou o que chama de “o sistema moderno-colonial de gênero”.

O conceito de colonialidade do poder é, para a socióloga, de extrema importância para se entender as estruturas e consequências da imposição colonial. Porém, Lugones se depara com um problema na análise de Quijano, no que diz respeito ao gênero – o que ele entende em termos puramente sexuais ou biológicos. Mas primeiro, se faz necessário, segundo ela, entender o padrão capitalista eurocentrado global, para depois entender a intersecção de raça e gênero. Isso porque, ambos os conceitos só vêm a adquirir significado neste padrão (LUGONES, 2008, p. 78).

Em conjunto à colonialidade do poder, vem a noção de modernidade, sendo então esses dois os eixos pelo qual o poder capitalista está organizado. Quijano separa a existência humana em quatro âmbitos básicos, sendo eles: sexo, trabalho, autoridade coletiva e subjetividade/intersubjetividade, seus recursos e produtos; “(...) el poder está estructurado en relaciones de dominación, explotación, y conflicto entre actores sociales (...)” (LUGONES, 2008, p. 78) que tentam controlar essas quatro áreas. Os eixos acima mencionados ordenam essa disputa sobre o controle dos âmbitos da existência. Dessa forma, para Quijano, segundo ela, “las luchas por el control del «acceso sexual, sus recursos y productos» definen el ámbito del sexo/género y, están organizadas por los ejes de la colonialidad y de la modernidad.” (LUGONES, 2008, p 78). Assim, Lugones demonstra que o autor é cooptado pelos entendimentos de gênero do capitalismo eurocentrado e global.

Entender los rasgos históricamente específicos de la organización del género en el sistema moderno/colonial de género (dimorfismo biológico, la organización patriarcal y heterosexual de las relaciones sociales) es central a una comprensión de la organización diferencial del género en términos raciales. Tanto el dimorfismo biológico, el heterosexualismo, como el patriarcado son característicos de lo que

llamo el lado claro/visible de la organización colonial/moderna del género. El dimorfismo biológico, la dicotomía hombre/mujer, el heteros exualismo, y el patriarcado están inscriptos con mayúsculas, y hegemónicamente en el significado mismo del género (LUGONES, 2008, p. 78)

A população do planeta é classificada em termos de raça a partir da colonialidade do poder. Raça sendo uma ficção criada para controle capitalista eurocentrado e global. Porém, a colonialidade não se trata somente de questões de raça. Ao contrário, é um fenômeno que abarca todos os aspectos da existência humana. Assim, “todo control del sexo, la subjetividad, la autoridad, y el trabajo, están expresados en conexión con la colonialidade” afirma Lugones (2008, p. 79). Ainda, pontua que colonialidade e colonialismo, mesmo que estritamente conectados, não são a mesma coisa, já que colonialismo não necessariamente abrange relações racistas de poder.

Lugones aponta as relações entre força de trabalho e a colonialidade do poder, mostrando que nem todas as formas de trabalho tem conexão com o sistema capital/salário do capitalismo hegemônico. A noção de trabalho assalariado está presente somente para o caso de europeus brancos. Havendo então uma intersecção entre trabalho e raça, o trabalho é racializado e geograficamente diferente. Ao se pensar esse aspecto, pode-se analisar que o trabalho é também generificado.

A modernidade para Quijano é “la fusión de las experiencias del colonialismo y la colonialidad con las necesidades del capitalismo, creando un universo específico de relaciones intersubjetivas de dominación bajo una hegemonía eurocentrada” (Quijano apud Lugones, 2008, p. 80). Para tratar da modernidade, portanto, o autor foca na produção de um modo de conhecimento, a partir do qual se considera certos conhecimentos válidos e racionais em oposições daqueles que não o são, isso em relação ao padrão de poder eurocentrado. “Las necesidades cognitivas del capitalismo y la naturalización de las identidades, y las relaciones de colonialidad, y de la distribución geocultural del poder capitalista mundial han guiado la producción de esta forma de conocer” (LUGONES, 2008, p. 80)

A pensadora afirma que se construiu uma mitologia entorno da Europa, a qual levou a ser entendida como pré-existente ao sistema capitalista mundial e, assim, como mais avançada em relação a outros grupos da população mundial, separando-a assim entre “superior e inferior, racional e irracional, primitivo y civilizado, tradicional y moderno” (LUGONES, 2008, p. 81). Assim, aqueles considerados primitivos, em um sentido de evolução das espécies, seriam por isso dominados.

A autora analisa a interseccionalidade, mais precisamente como ao se olhar por seu viés se enxerga aquilo que geralmente não o seriam se pensados separadamente. No caso, a intersecção entre raça e gênero:

Las feministas de color nos hemos movido conceptualmente hacia un análisis que enfatiza la intersección de las categorías raza y género porque las categorías invisibilizan a quienes somos dominadas y victimizadas bajo la categoría «mujer» y bajo las categorías raciales “Black”, “hispanic”, “Asian”, “Native American”, “Chicana” a la vez, es decir a las mujeres de color. (LUGONES, 2008, p. 81-82)

A partir disso, Lugones expõe que mesmo que todos que estão sob o sistema capitalista eurocentrado sejam racializados e assignados a um gênero, nem todos são dominados nesse processo – processo este que afirma ser binário, dicotômico e hierárquico. Assim sendo, ao se pensar “mulher”, se pensa a fêmea burguesa branca heterossexual, “homem” o macho burguês branco heterossexual e “negro” se relaciona ao macho heterossexual negro. Assim, “en la intersección entre «mujer» y «negro» hay una ausencia donde debería estar la mujer negra precisamente porque ni «mujer» ni «negro» la incluyen” pontua Lugones (2008, p. 82). Desse modo, afirma que só ao perceber que raça e gênero estão entrelaçados é que se pode ver as “mulheres de cor”.

Esto implica que el término «mujer» en sí, sin especificación de la fusión no tiene sentido o tiene un sentido racista, ya que la lógica categorial históricamente ha seleccionado solamente el grupo dominante, las mujeres burguesas blancas heterossexuales y por lo tanto ha escondido la brutalización, el abuso, la deshumanización que la colonialidad del género implica (LUGONES, 2008, p. 82)

Mostra, ainda, que para Quijano o gênero está sendo constituído por e constituindo a colonialidade do poder, não tendo então uma separação entre raça e gênero. Mas, para ela, a colonialidade não é suficientemente eficaz para explicar os aspectos do gênero. A noção de gênero do autor está relacionada as áreas básicas da existência humana, ao que chama de sexo, seus recursos e produtos. Lugones afirma, ainda, que esta não é colocada sob investigação e é biologizada, “ya que presupone el dimorfismo sexual, la heterosexualidad, la distribución patriarcal del poder y otras presuposiciones de este tipo” (LUGONES, 2008, p. 82). Assim, para Quijano, sexo, ao contrário da raça, é inquestionavelmente biológico.

Quijano propõe uma colonialidade das relações de gênero ao redor do eixo da colonialidade do poder, de modo que: 1) no mundo colonial os padrões de comportamento sexual dos gêneros foram fundados na classificação racial, sendo o livre acesso sexual dos

homens brancos sobre as mulheres negras e indígenas nas colônias a contrapartida da liberdade sexual dos homens e a fidelidade das mulheres no mundo eurocentrado; 2) a prostituição foi a contrapartida do padrão de família burguesa; 3) de um lado, houve a formação de um padrão de família burguesa, de outro, a destruição das formas de parentesco dos colonizados e escravizados; 4) assim, as normas e valores formais-ideais da família eurocentrada e burguesa não é alheia a colonialidade do poder.

As ideias listadas acima deixam claro o que Lugones aponta ser uma redução de gênero a sexo, seus recursos e produtos. Assim,

Quijano parece dar por sentado que la disputa por el control del sexo es una disputa entre hombres, sostenida alrededor del control, por parte de los hombres, sobre recursos que son pensados como femeninos. Los hombres tampoco no parecen ser entendidos como «recursos» en los encuentros sexuales. Y no parece, tampoco, que las mujeres disputen ningún control sobre el acceso sexual. Las diferencias se piensan en los mismos términos con los que la sociedad lee la biología reproductiva. (LUGONES, 2008, p. 84)

Em seguida, a autora traz a vivência intersexual, a partir de Julie Greenverg, para desmontar as noções binárias sexuais. Todo ser é assignado por uma categoria sexual, sempre binária e biologizada, ou racial. A sociedade pressupõe, mesmo que haja contrapontos científicos, um sistema sexual binário sem nenhuma ambiguidade, no qual os indivíduos são classificados entre feminino ou masculino, não tendo assim lugar para a ambiguidade dos intersexuais. Desse modo, afirma então que “las asignaciones revelan que lo que se entiende por sexo biológico está socialmente construído” (LUGONES, 2008, p. 84). Essa construção se demonstra ainda mais presente nos indivíduos intersexuais pela intervenção cirúrgica e hormonal as quais são submetidos para se tornarem os machos ou fêmeas. Isso, pois, a lei não considera o status de intersexual; as instituições legais se baseiam no sexo como binário e biológico.

Ainda, aponta Lugones, que a dismorfia sexual é importante para o “lado claro/visível”, porém aqueles que fazem parte do “lado escuro/oculto” do sistema de gênero moderno/colonial não foram entendidos em termos de dismorfismo sexual, principalmente pautado no medo dos colonizadores.

A autora afirma, com bases em Paula Gunn Allen, que os intersexuais eram reconhecidos em muitas sociedades anteriores a colonização, sem a necessidade de assimilá-los dentro de uma classificação binária do sexo. Assim, nos mostra que é importante pensar como a colonização mudou sistemas tribais, para poder analisar a abrangência da organização

de sexo e gênero dentro do colonialismo e do sistema capitalista eurocentrado. Lugones pontua que:

Si el capitalismo global eurocentrado sólo reconoció el diformismo sexual entre hombres y mujeres blancos/as y burgueses/as, no es cierto entonces que la división sexual está basada en la biología. Las correcciones sustanciales y cosméticas sobre lo biológico dejan en claro que el «género» antecede los rasgos «biológicos» y los llena de significado (2008, p 85)

O processo de colonização constituiu o capitalismo eurocentrado e global, levando consigo diferenças de gênero onde, anterior a isso, não existiam. Maria Lugones nos mostra que em autoras como Oyéronké Oyewùmi se pode analisar como a colonização modificou toda a organização social a partir da imposição do sistema opressor de gênero, como no caso dos Yorubas, para além da reorganização das relações de reprodução, o novo sistema subordinou as (consideradas) fêmeas em todos os aspectos da vida (LUGONES, 2008, p. 86). Dessa forma, reafirmando que a análise realizada por Quijano sobre o gênero é bastante limitada. Ainda,

Allen rãzona que muchas comunidades tribales de Nativos Americanos eran matriarcales, reconocían positivamente tanto a la homosexualidad como al «tercer» género, y entendían al género en términos igualitarios, no en los términos de subordinación que el capitalismo eurocentrado les terminó por imponer (LUGONES, 2008, p. 86)

A autora mostra assim que, para Gunn Allen, o gênero era anteriormente mais abrangente e não era biologizado, ou seja, não era embasado na biologia. Ainda, Lugones afirma que há uma “construcción «engenerizada» del conocimiento en la modernidade” (LUGONES, 2008, p. 86), em contraponto a um sistema ginocrático anterior.

Voltando a Oyewùmi, percebemos que o gênero não era um princípio de organização da sociedade Yoruba, mas que isso ocorre apenas após a colonização ocidental. E que ao se assumir o gênero como anteriormente organizativo, é outra forma de dominação ocidental pela cosmologia de um povo, assim “Oyewùmi afirma que los/as investigadores siempre encuentran el género cuando lo están buscando” (LUGONES, 2008, p. 87). A autora nos mostra que existiam *obinrin* e *okunrin*, mas que esses termos não devem ser atribuídos às noções de fêmea/mulher e de macho/homem. Os prefixos desses termos, *obin* e *okun*, apontam para a variação anatômica que Oyewùmi chama de “*anamachos*” e “*anahembras*”, porém sem entender tais termos em oposição binária. Lugones aponta ainda que a autora entende o gênero como uma ferramenta de dominação do Ocidente, que opõe binária e hierarquicamente as categorias sociais.



«Mujeres» (el término de género) no se define a través de la biología, aún cuando sea asignado a las anahembras. La asociación colonial entre anatomía y género es parte de la oposición binaria y jerárquica, central a la dominación de las anahembras introducida por la colonia. Las mujeres son definidas en relación a los hombres, la norma. Las mujeres son aquellas que no poseen un pene; no tienen poder; no pueden participar en la arena pública (Oyewùmi, 1997:34). Nada de esto era cierto de las anahembras Yorubas antes de la colonia (LUGONES, 2008, p. 87)

Com o processo da colonização, se criou a categoria mulher, com a qual as pessoas que assim eram identificadas foram colocadas como inferiores, como menores do que os homens, subordinadas a eles e incapazes de exercerem papéis de liderança nas aldeias. Assim, para as mulheres a colonização foi um processo duplo, de um lado a inferiorização racial e de outro, a subordinação de gênero. Nesse segundo caso, as “mulheres” perderam também em outros vários espaços, como o econômico ao, por exemplo, perder seu direito à propriedade de terras. A autora nota ainda, que os homens yoruba foram cúmplices dos colonizadores brancos no processo de introdução do sistema de gênero que inferiorizava as “anahembras”. Assim, afirma Lugones que a análise de Oyewùmi é muito mais abrangente que a de Quijano, pois “nos permite ver la inferiorización cognitiva, política, y económica, como también la inferiorización de anahembras con respecto al control reproductivo” (LUGONES, 2008, p. 88)

Para analisar as tribos de Nativos Americanos, Lugones retorna a Allen e em especial sua noção de que estas eram, anteriormente a colonização, organizadas por um sistema ginocrático. Para tanto, Allen enfatiza o lado espiritual da vida indígena, já que muitas tribos pensam o universo como uma força feminina e é essa que autoriza as atividades na comunidade, sendo então a Mulher e seu pensamento centrais à tribo. Substituir a ginocracia por um ideal masculino foi essencial para poder submeter as tribos à dominação. Para passar de uma sociedade igualitária e ginocrática para uma hierárquica e patriarcal foram necessários quatro passos: 1) substituir a criadora feminina por um criador masculino (com a ajuda do cristianismo), 2) destruir as instituições governamentais e as filosofias das tribos, 3) transformar os indígenas em dependentes das instituições brancas para que possam sobreviver e, assim, serem subjugá-los à dominação patriarcal, e, por fim, 4) substituir a estrutura da tribo pela família nuclear, assim destruindo toda a estrutura social ginocêntrica, passando a liderança dos clãs para as mãos dos homens.

Dessa forma, a inferiorização da mulher indígena está, para Allen, entrelaçada com a dominação e transformação da vida da tribo; a destruição da organização ginocêntrica foi crucial para a colonização se concretizar. Essa mudança passa pela destruição da estrutura

social complementar e do entendimento do gênero. Anteriormente “el género no fue entendido ante todo en términos biológicos” (LUGONES, 2008, p. 90), mas sim em termos de propensão, inclinação ou temperamento, sendo, por exemplo, entre os Yuma tradicionalmente designado o gênero a partir dos sonhos, uma fêmea poderia ser transformada em macho por seus sonhos bélicos (LUGONES, 2008, p. 90). Lugones frisa a importância dada pela autora sobre a colaboração dada pelos homens indígenas ao processo de inferiorização das mulheres, já que “el colonizador blanco construyó una fuerza interna en las tribus cooptando a los hombres colonizados a ocupar roles patriarcales” (LUGONES, 2008, p. 90). Allen analisa as transformações que ocorreram nas tribos anteriormente ginocêntricas, como os Cherokee e Iroqués, nos mostrando assim que

Las mujeres cherokee habían tenido el poder de declarar la guerra, decidir el destino de los cautivos, hablar al consejo de hombres, intervenir en las decisiones y políticas públicas, elegir con quién (y si) casarse, y también del derecho a portar armas. El Consejo de Mujeres era poderoso política y espiritualmente (36-37). Debido a que los cherokees fueron expulsados y a que se introdujeron arreglos patriarcales, las mujeres cherokee perdieron todos esos poderes y derechos. Los iroqueses pasaron de ser gentes centradas en la Madre y el derecho materno, organizadas políticamente bajo la autoridad de las Matronas, a ser una sociedad patriarcal cuando se convirtieron en un pueblo sometido (LUGONES, 2008, p. 91)

Acerca do termo “terceiro gênero” (*tercer género*) – podendo ser também chamado de *berdache* – Lugones afirma que Michael J. Horswell “sostiene que tercer género no significa que haya tres géneros. Sino que se trata, más bien, de una manera de desprenderse de la bipolaridad del sexo y el género” (LUGONES, 2008, p. 91) – utiliza-se também do autor, assim como de Sigal, para tratar da sodomia e da homossexualidade masculina nas tribos americanas pré-coloniais.

Ao analisar Allen, Lugones percebe como a produção de conhecimento é também “engenerizada”. Aponta que:

Allen también evidencia que la heterosexualidad característica de la construcción colonial/moderna de las relaciones de género es producida, y construída míticamente. Pero la heterosexualidad no está simplemente biologizada de una manera ficticia, también es obligatoria y permea la totalidad de la colonialidade del género, en la comprensión más amplia que le estamos dando a este concepto. En este sentido, el capitalismo eurocentrado global es heterosexual. (LUGONES, 2008, p. 92)

Essa heterossexualidade que é “perversa, violenta, degradante, y ha convertido a la gente «no blanca» en animales y a las mujeres blancas en reproductoras de La Raza (blanca) y de La Clase (burguesa)” (LUGONES, 2008, p. 92).

Entender as mudanças nos sistemas de gênero das sociedades pré-colombianas nos mostra o alcance do processo de constituição do capitalismo eurocentrado colonial/moderno e sua importância na desintegração das relações igualitárias e comunais de todo o sistema tribal, nos papéis de liderança, nos rituais, dos processos coletivos e da economia (LUGONES, 2008, p. 92). Assim,

(...) es importante entender hasta qué punto la imposición de este sistema de género fue tanto constitutiva de la colonialidad del poder como la colonialidad del poder fue constitutiva de este sistema de género. La relación entre ellos sigue una lógica de constitución mutua (LUGONES, 2008, p. 93).

O sistema de gênero moderno/colonial não pode existir sem a colonialidade do poder. Sendo assim, tanto o lado oculto/escuro quanto o lado visível/claro são co-construídos pela colonialidade de poder e o sistema de gênero moderno/colonial. “Problematizar el dimorfismo biológico y considerar la relación entre el dimorfismo biológico y la construcción dicotómica de género es central para entender el alcance, la profundidad, y las características del sistema de género colonial/moderno” afirma Lugones (2008, p. 93).

Voltando sua crítica a Quijano, Lugones mostra como sua redução do gênero a sexo, seus recursos e produtos é orientada a partir da lógica moderna/colonial, a qual tem conceituado gênero como racializado e raça como engenerizada de maneira diferente entre as pessoas brancas e não brancas. A autora afirma ainda que “la raza no es ni más mítica ni más ficticia que el género –ambos son ficciones poderosas” (LUGONES, 2008, p. 94)

Ao retomar sua crítica ao feminismo que moldou um sujeito oprimido uno para lutar contra a “liberação da mulher”, mostra como esse se esqueceu de fazer conexões entre o gênero, classe, heterossexualidade e a raça. Pensando então, somente, a mulher branca burguesa como se fosse todas as mulheres. Essas mulheres eram descritas como anatômica e mentalmente frágeis e débeis, reduzidas ao espaço doméstico e como passivas no âmbito sexual. Enquanto as mulheres não brancas eram consideradas seres “sem gênero”, igualadas aos animais, sendo consideradas fêmeas, mas sem portarem feminilidade. Quando foram “engenerizadas”, ainda receberam um status inferior que acompanha o gênero mulher, mas nenhum privilégio que acompanhava as mulheres brancas burguesas. Porém, felizmente podemos frisar que

Oyewùmi y Allen también han explicado que el entendimiento igualitario de las relaciones entre anahembras, anamachos, y la gente del «tercer género» sigue presente en la imaginación y en las prácticas de los/as Americanos/as Nativos/as y de la gente Yoruba. Esto es parte de la historia de la resistencia contra la dominación. (LUGONES, 2008, p. 95)

Lugones afirma que o feminismo hegemônico branco equiparou a mulher à mulher branca, se esquecendo das mulheres trabalhadores e não brancas. Não considerou assim a intersecção entre raça, gênero e outras marcas de dominação, como classe e sexualidade. Ao não olhar essas diferenças, presumiu-se haver um vínculo, uma sororidade, intrínseco entre as mulheres por sua dominação de gênero.

Ainda, a construção das características de uma mulher branca como frágil, passiva sexualmente, entre outros, a coloca em oposição às mulheres não brancas, em especial as escravizadas. Essas mulheres não eram consideradas nem frágeis nem débeis, ao contrário eram fortes o suficiente para exercerem qualquer forma de trabalho, além de sofrerem variadas formas de agressões sexuais, por serem entendidas como hipersexuadas, “insaciáveis” ou “sexualmente agressivas”. A mulher indígena também estava colocada fora a este estereótipo de mulher e de feminilidade e foi fortemente sexualizada pelos colonizadores. Esse sistema de gênero, para pessoas não brancas, se consolidou com o avanço dos projetos coloniais da Europa, com a colonização de Espanha e Portugal começou a se formar e se solidificou na modernidade tardia.

Como apontado anteriormente, Lugones divide o sistema de gênero entre um lado visível/claro e um lado oculto/escuro. O lado visível/claro constrói o gênero e as relações de gênero, baseadas no homem e na mulher branca e burgueses, construindo a partir deles a identidade de “homem” e de “mulher” como entendemos nesse período moderno/colonial.

La pureza y la pasividad sexual son características cruciales de las hembras burguesas blancas quienes son reproductoras de la clase y la posición racial y colonial de los hombres blancos burgueses. Pero tan importante como su función reproductora de la propiedad y la raza es que las mujeres burguesas blancas sean excluidas de la esfera de la autoridad colectiva, de la producción del conocimiento, y de casi toda posibilidad de control sobre los medios de producción. La supuesta y socialmente construida debilidad de sus cuerpos y de sus mentes cumple un papel importante en la reducción y reclusión de las mujeres burguesas blancas con respecto a la mayoría de los dominios de la vida; de la existencia humana. El sistema de género es heterosexualista, ya que la heterosexualidad permea el control patriarcal y racializado sobre la producción, en la que se incluye la producción del conocimiento, y sobre la autoridad colectiva. Entre los/as hombres y mujeres burgueses blancos, la heterosexualidad es, a la vez, compulsiva y perversa ya que provoca una violación significativa de los poderes y de los derechos de las mujeres burguesas, y sirve para reproducir el control sobre la producción. Las mujeres

burguesas blancas son conscriptas en esta reducción de sus personas y poderes a través del acceso sexual obligatorio. (LUGONES, 2008, p. 98)

A violência perpassou e ainda perpassa o lado oculto/escuro do sistema de gênero. Reduziu-se os *anamachos*, *anahembras* e o terceiro gênero aos seus termos. Além de modificar toda sua organização e estrutura social, “(...) fueron reducidos a la animalidad, al sexo forzado con los colonizadores blancos, y a una explotación laboral tan profunda que, a menudo, los llevó a trabajar hasta la muerte” (LUGONES, 2008, p. 99).

Ainda, em nota, pontua que:

Ahora se me va aclarando una zona intermedia y ambigua entre el lado visible/claro y el lado oculto/oscuero que concibe/imagina/construye a las mujeres blancas que son sirvientas, mineras, lavanderas, prostitutas—trabajadoras que no producen plusvalía-, como seres que no pueden ser captados por los lentes del binario sexual o de género y que, a la vez, son racializados de forma ambigua pero ya no como blancos o negros (LUGONES, nota 27, 2008, p. 99)

Retoma, novamente, sua crítica a Quijano, para finalizar destacando que as autoras utilizadas por ela vão um pouco além do que ele pontua. Assim:

Hasta cierto punto, entienden el género en un sentido más amplio que Quijano; es por ello que no sólo piensan en el control sobre el sexo, sus recursos y productos, sino también sobre el trabajo como racializado y engenerizado simultáneamente. Es decir, reconocen una articulación entre trabajo, el sexo, y la colonialidad del poder. Oyewùmi y Allen, por ejemplo, nos han ayudado a darnos cuenta de la magnitud total del alcance del sistema de género colonial/moderno en la construcción de la autoridad colectiva, de todos los aspectos de la relación entre capital y trabajo, y en la construcción del conocimiento. (LUGONES, 2008, p. 99)

Portanto, percebemos que Maria Lugones mostra como a noção de colonialidade do poder é poderosa, mas ainda nos põe um passo adiante da teoria de Aníbal Quijano ao inserir a ideia de “sistema de gênero moderno/colonial”. Aponta aspectos muito importantes na imposição do sistema de gênero durante a colonização e de como esse sistema modificou organizações e estruturas sociais a fim da dominação capitalista eurocentrada e global. Demonstra, a partir de diferentes autoras, como as sociedades eram diferentemente organizadas antes dessa imposição, como os Yoruba, os Cherokee e Iroquês, não sendo nem definidas a partir do gênero e nem tendo esse definido a partir de termos biológicos, nos mostrando casos como o terceiro gênero nas sociedades tribais e dos intersexuais, tanto antes como depois da colonização.

## Considerações finais

A partir da análise do que é a não-binariedade de gênero e da interpretação de Maria Lugones das ideias de Aníbal Quijano sobre colonialidade e modernidade, intentou-se com o presente artigo pensar a não-binariedade como uma saída da colonialidade de poder-saber-ser e de gênero. Ao analisar como o gênero é sempre construído, independente se é homem, mulher ou “outro”, e como há uma descontinuidade radical entre um sexo natural/biológico e um gênero social, a partir de Judith Butler, pode-se compreender a não-binariedade como uma possibilidade de existência real.

Percebe-se também a importância de tal vivência fora-norma para se pensar a resistência à colonialidade/modernidade. Para tanto, foi analisado Maria Lugones e sua noção de “sistema de gênero moderno/colonial”, um passo adiante da teoria de Quijano sobre a colonialidade de poder, saber e ser. Lugones demonstra como as teorias de colonialidade não podem estar apartadas das discussões sobre gênero, já que a sociedade como um todo foi dividida em raças e também em gêneros com o advento da colonização. Durante a colonização ocorreu um processo de generificação e de binarização nas sociedades antes organizadas de formas variadas e, geralmente, não pautadas nesses binarismos excludentes, como os casos citados dos Yorubas, os Cherokee e Iroquês.

Assim, seja na estrutura sexual, com os intersexos, seja a noção de terceiro gênero, em um aspecto social, Lugones mostra como a binariedade é facilmente dissolvida a se olhar as organizações anteriores a colonialidade/modernidade. Desse modo, compreende-se como a existência das pessoas não-binárias podem ser sim uma saída da colonialidade de poder, saber, ser e de gênero. O lado escuro/oculto está presente cada vez mais forte a contestar o claro/visível.

## Referências

BALEM, Isadora Forgiarini. **Identidade de Gênero Não Binária**: da violência normativa ao direito à intimidade. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2020, pp. 27-42.

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero**: feminismo e subversão da identidade. 12a ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2016.

DOS REIS, Neilton; PINHO, Raquel. **Gêneros Não-Binários**: Identidades, Expressões e Educação. Reflexão e Ação, Santa Cruz do Sul, v. 24, n. 1, p. 7-25, abr. 2016. ISSN 1982-

9949. Disponível em: <<https://online.unisc.br/seer/index.php/reflex/article/view/7045>>.

Acesso em: 05 nov. 2020

LUGONES, Maria. **Colonialidad y género**. Tabula Rasa. Bogotá - Colombia, No. 9: 73-101, julio-diciembre 2008. Instituto Liberal, 1995.